

MOARA SEMEGHINI/CORREIO DA MANHÃ



Engenheiros agrônomos, ambientais e florestais ligados à USP e à Unicamp apontam que as árvores retiradas da Praça do Coco, em Barão Geraldo, tinham condições de ser preservadas e não apresentavam necessidade de supressão. A remoção, somada a indícios de descuido e falhas técnicas na execução do serviço, provocou forte repercussão e indignação que conseguiram interromper a supressão de um exemplar, até decisão do MP

Com aval do MP, Prefeitura vai derrubar árvore da Praça do Coco

Pesquisadores da Unicamp, Esalq/USP e Unesp defendiam preservar figueira

Por **Moara Semeghini**

A Secretaria de Serviços Públicos de Campinas vai realizar, na manhã desta sexta-feira (3), a supressão da árvore remanescente da Praça do Coco, em Barão Geraldo. A extração do exemplar da espécie *Ficus benjamina* foi autorizada em caráter de urgência por despacho do Ministério Público do Estado de São Paulo, que aceitou os argumentos de risco de queda apresentados pela administração municipal. Como contrapartida, a Prefeitura informou que fará o plantio de dois exemplares adultos de jequitibá-rosa no local, além de outras mudas em uma rotatória próxima.

Por trás da decisão do MP, há um complexo embate técnico e metodológico que de especialistas em arborização urbana e que mobilizou a comunidade local. O recuo do Ministério Público, que havia suspenso o corte no dia 13 de maio sob o princípio da precaução, ocorreu após novas movimentações técnicas. Inicialmente, a Prefeitura utilizou um documento de uma página assinado pelo professor Demóstenes Ferreira da Silva Filho, da Esalq-USP, para justificar a necessidade da extração. Conforme revelado pela reportagem, o próprio docente admitiu, à época, que o documento era apenas um parecer técnico elaborado à distância, baseado em fotos e relatórios



Manifestantes ao redor do que restou de uma das árvores extraídas pela Prefeitura

antigos, sem qualquer vistoria presencial ou avaliação direta na praça. Especialistas ouvidos criticaram a superficialidade do texto inicial.

A reviravolta que culminou na autorização do MP veio após o professor contratado pela Prefeitura ir, finalmente, a campo. O docente realizou uma segunda avaliação, desta vez presencial, configurando um laudo técnico completo. O novo estudo buscou elementos em campo para corroborar a tese inicial de risco estrutural e biodeterioração, dando à Prefeitura o argumento técnico necessário para convencer a Promotoria a liberar a supressão nesta sexta-feira.

A iminência do corte definitivo acirrou os ânimos no distrito. Manifestantes se reuniram

na Praça do Coco para protestar contra a política de manejo arbóreo da administração e abraçar simbolicamente o exemplar remanescente. Além da contestação ao corte em si, o grupo técnico que apoia os moradores formalizou uma denúncia contra a execução dos serviços na praça. Segundo os especialistas, a MB Engenharia, empresa terceirizada contratada pela Prefeitura, acabou “machucando”, causando danos e comprometendo outras árvores saudáveis do entorno durante os procedimentos de remoção e poda dos primeiros exemplares.

“Nós fizemos um contra-laudo de mais de 60 páginas demonstrando que esta árvore que ainda está aqui não deve ser cortada. Estamos nos opondo ao laudo apresentado pela

empresa e queremos a reparação do dano das outras árvores também, que foram prejudicadas e severamente podadas para o corte desta”, afirmou o engenheiro agrônomo Ivan Andre Alvarez, membro técnico do Condema e doutor pela Esalq/USP.

O relatório multi-institucional de oposição ao corte reuniu engenheiros agrônomos e florestais ligados à Unicamp, à Esalq/USP e à Unesp. Diferentemente do primeiro procedimento realizado pela Prefeitura, os grupos fizeram exames de alta tecnologia no tronco da figueira, utilizando tomografias sônica e ultrassônica — tecnologias de inspeção interna não destrutiva, sendo uma da USP e outra desenvolvida pela própria Unicamp. Os testes das três universidades convergiram, apontando que o exemplar ainda possuía resistência estrutural e condições biológicas para ser preservado de forma segura para a população, necessitando apenas de manejo adequado, e não da erradicação. “Ninguém é irresponsável, a gente sabe do risco que se corre quando deixa um exemplar arbóreo em risco de queda. Mas é necessário que se faça isso de forma mais cautelosa, mais responsável e de maneira mais ética”, ponderou a professora Raquel Gonçalves, docente da Unicamp, especialista em engenharia de estruturas, que participou das análises.

HPV: jovens de 15 a 19 anos têm até dezembro para se vacinar

Adolescentes e jovens de 15 a 19 anos que ainda não receberam a vacina contra o Papilomavírus Humano (HPV) terão mais tempo para se imunizar em Campinas. O Ministério da Saúde prorrogou até 31 de dezembro de 2026 a estratégia de resgate vacinal, que estava prevista para terminar no primeiro semestre deste ano.

A iniciativa busca alcançar quem perdeu a oportunidade de receber a vacina na faixa etária recomendada, entre 9 e 14 anos. Em Campinas, a cobertura vacinal entre as meninas dessa idade atingiu 93,09% em 2025. Entre os meninos, o índice foi de 77,03%, abaixo da meta preconizada pelo Ministério da Saúde. “A prorrogação da campanha representa uma nova oportunidade para que os adolescentes que ainda não receberam a vacina contra o HPV possam se proteger em tempo”, afirma Cintia Bastos, enfermeira do Programa de Imunização de Campinas.

A vacina contra o HPV é indicada em programas nacionais de mais de 100 países e tem resultados comprovados na redução de cânceres de colo do útero, vulva, vagina, região anal, pênis, orofaringe e de verrugas genitais. A vacinação na faixa etária recomendada é mais eficaz porque a produção de anticorpos é maior nessa fase. O HPV é um vírus que tem mais de 100 tipos diferentes. É transmitido pelo contato direto com pele ou mucosas infectadas, principalmente por meio de relação sexual.



Jovens de 15 a 19 anos podem se vacinar contra o HPV até dezembro